

Imigração e refúgio no Brasil de 2010 a 2020: os diversos desafios dos novos fluxos

Inmigración y refugio en Brasil de 2010 a 2020: los desafíos de los nuevos flujos

Tânia Tonhati¹

Karin de Pecsí e Fusaro²

O ano de 2010 marca o início de uma década que representou uma profunda transformação da imigração e do refúgio em toda a América Latina e Caribe, particularmente no Brasil. Os novos fluxos migratórios, principalmente de haitianos, sírios e venezuelanos, alteraram as características das populações imigrantes e refugiadas na região, e impuseram a necessidade de adoção de medidas inovadoras para enfrentar os desafios de proteção e integração. Aqui podemos listar de forma sucinta a criação de novas políticas para regulamentar as migrações, criação de novos marcos legais (exemplo: Lei 13.445, 2017 no Brasil), planos nacionais e internacionais de acolhimento, interiorização e integração.

Este contexto de chegada de novos fluxos migratórios, alterações do perfil dos imigrantes e refugiados e mudanças políticas e legais fez com que surgisse a necessidade de avaliar a integração e inserção laboral, educacional e de saúde, dentre outras, dessa população. Em outras palavras, emergiu entre pesquisadoras e pesquisadores a curiosidade científica de compreender melhor e de forma mais aprofundada esse fenômeno, que envolvia e impactava grande parte dos países da América Latina e Caribe, construindo e consolidando uma migração Sul-Sul. Como forma de responder à demanda por conhecimento sobre esse “fato social” emergente, em 2015 foi criada a publicação “Cadernos OBMigra” – que mais tarde se tornaria o periódico “PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações”. Em sua gênese, a publicação foi uma parceria entre a Universidade

1 Professora adjunta do Departamento de Sociologia (SOL) da Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisadora do OBMigra. E-mail: tania.tonhati@unb.br.

2 Doutoranda no Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB), integrante dos Grupos de Trabalho CLACSO Migração Sul-Sul e Infâncias e Juventudes. E-mail: karinfusaro@gmail.com.

de Brasília (UNB) - por meio do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), alocado no Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) - e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

O intuito inicial de lançar uma revista acadêmica como os “Cadernos OBMigra” foi o de ter um espaço para publicação de pesquisas científicas para aprofundar o debate sobre os diversos ângulos da imigração e do refúgio no Brasil. No entanto, logo percebeu-se a vocação da publicação e o interesse de suas e seus autores e leitores para extrapolar o nacionalismo metodológico e ampliar sua mirada para toda a região, uma vez que só se pode compreender a imigração no Brasil dentro do contexto latino-americano.

Com isso, em 2016 foi realizado, na Universidade de Brasília, o Seminário Migrações e Mobilidades na América do Sul, que resultou na constituição da rede MigraSul com pesquisadores da Argentina, Brasil, Colômbia e Chile. Naquele mesmo ano, a rede institucionalizou-se e consolidou-se como Grupo de Trabalho Migração Sul-Sul, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Atualmente, o GT Migração Sul-Sul é formado por cerca de 40 pesquisadoras e pesquisadores de todo o continente sul-americano.

Assim, em 2017, o periódico “Cadernos OBMigra” tornou-se “PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações”. Ela busca refletir a diversidade de pensamentos e temas em relação às questões migratórias e refúgio, sempre a partir de uma perspectiva crítica. A revista tem como missão contribuir para o campo dos estudos migratórios internacionais, sendo um espaço de discussão, reflexão e debate no âmbito regional latino-americano. A revista promove também a publicação de pesquisas que contemplem os fluxos migratórios Sul-Norte, Sul-Sul e Norte-Sul.

Ao longo destes anos, a revista já propôs importantes reflexões com a publicação de seis dossiês e um total de sessenta artigos. Dentre os diversos temas abordados, destacamos, por exemplo, os dossiês temáticos sobre imigração haitiana, migração qualificada, fronteiras internacionais e migração indígena, políticas migratórias e controle de populações, sistema de proteção internacional de refugiados e migração e juventudes, entre outros debates.

Neste novo número, para marcar quase uma década da chegada dos novos

fluxos migratórios no Brasil e os diversos desafios enfrentados até o presente momento, a revista “PÉRIPLoS” teve o prazer de firmar uma parceria com o OBMigra e lançar, concomitantemente à publicação de seu Relatório Anual de 2020, os textos das pesquisadoras e pesquisadores do Observatório. Estes textos contribuem para dar a dimensão das características da presença de imigrantes e refugiados no Brasil a partir de 2010, abordando os diferentes desafios encontrados, como por exemplo: a inserção laboral, as desigualdades de gênero, renda, classe, educacional, além da criação de nichos laborais e dos impactos da pandemia da Covid-19. A revista, portanto, conta com sete artigos que fazem parte dessa parceria com o OBMigra. Traz ainda dois artigos que complementam este panorama nacional.

CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A IMIGRAÇÃO E O REFÚGIO NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA

Os artigos deste número trazem informações substantivas e detalhadas sobre os imigrantes no país, traçando por exemplo: o perfil sociodemográfico, principais fluxos migratórios, origens geográficas, nichos de trabalho, média salarial, situação no mercado informal, questões de gênero, desigualdade de acesso aos serviços públicos no campo educacional, entre outras questões. Portanto, o presente número permite desenhar um minucioso panorama da imigração contemporânea no Brasil.

É importante ressaltar que os dados trabalhados nos artigos das e dos pesquisadores do OBMigra provêm de fontes oficiais. As informações das bases de dados fazem parte do Acordo de Cooperação Técnica³ vigente entre o OBMigra e órgãos do Governo Federal. Do Ministério da Justiça e Segurança Pública foram utilizadas as bases de dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) e Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Já do Ministério da Economia foram acessadas as bases de dados da Carteira de Trabalho e Previdência

3 Acordo de Cooperação Técnica, cujo objeto é harmonização, extração, análise e difusão de sistemas, dados e informações sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil, que foi celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Universidade de Brasília, o extinto Ministério do Trabalho, agora Ministério da Economia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Polícia Federal.

Social (CTPS), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Da Polícia Federal foi o Sistema de Tráfego Internacional (STI), Sistema de Tráfego Internacional – Medidas de Alertas e Restrições Ativas (STI-MAR) e Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra). E, finalmente, do IBGE, o Censo Demográfico de 2010 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2015. Neste ano, o OBMigra também analisou os Censos Escolares do Nível Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A sequência da apresentação dos artigos poderia ser variada, mas aqui seguimos a mesma ordem e lógica estabelecida pelo OBMigra em seu relatório anual. Essa sequência ajuda o leitor na construção de um panorama geral da imigração no Brasil na última década. Iniciamos essa edição da “Revista PÉRIPLoS”, trazendo ao leitor o assunto mais recente e que vem impactando a todos nós e em particular aos imigrantes e refugiados. O texto que abre esse dossiê temático e que convida o leitor à reflexão é “Os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos”, de Leonardo Cavalcanti e Wagner Faria de Oliveira. Os autores nos ajudam a entender os impactos da pandemia na mobilidade dos imigrantes e refugiados ao demonstrarem como o fechamento de fronteiras, normativas de restrição de viagem e o distanciamento social fizeram com que as taxas de entradas em postos de fronteiras e registros caíssem de forma brusca no primeiro semestre de 2020. Ademais, eles trazem em primeira mão dados sobre o impacto da pandemia na inserção laboral dos imigrantes e refugiados no país.

Se, até o presente momento, ainda não conseguimos dimensionar bem os impactos das normativas de restrição da mobilidade e suas consequências no direcionamento dos fluxos migratórios; estudos sobre as consequências das políticas migratórias nos ajudam a pensar como as legislações e normativas têm potencial de alterar as migrações. Nesse sentido, o artigo de Antônio Tadeu de Oliveira nos permite entender “A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período 1980-2019”.

Já os artigos subsequentes têm como foco mapear como tem sido a inserção laboral dos imigrantes e refugiados no Brasil. O primeiro deles buscou desenhar

o perfil dos trabalhadores imigrantes inseridos na informalidade. Para tal, os autores utilizaram dados do Censo Demográfico de 2010 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2015). No artigo “A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares?”, os autores Antônio Tadeu de Oliveira e Wagner Faria de Oliveira demonstram em detalhe os diferentes aspectos socioeconômicos relacionados à inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho informal: posição na ocupação, grupos ocupacionais, ramo de atividade, rendimento médio do trabalho e número de horas semanais trabalhadas. Alguns dos achados da pesquisa sinalizam para a dificuldade de acesso ao mercado formal por parte do imigrantes, jornadas de trabalho excessivas e subutilização do conhecimento e formação dos imigrantes, sugerindo a utilização de mecanismos legais já existentes para o adequado posicionamento dos imigrantes no mercado de trabalho.

Os demais artigos analisam a inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho formal, buscando aprofundar em questões mais específicas como, por exemplo, as desigualdades de rendimentos. João Hallak Neto e André Simões, no texto “Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro”, discutem como os eixos de desigualdades sociais (sexo, idade, raça ou cor, região de origem e status migratório) impactaram nos rendimentos dos imigrantes na atual década. Também nessa linha, as autoras Tânia Tonhati e Marília Macedo jogam luzes sobre a “Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019)”. Nesse artigo, as autoras apontam de forma crítica como as desigualdades de gênero afetam as imigrantes e refugiadas. Elas demonstram como as mulheres imigrantes ocupam menos de 30% dos postos de trabalho formais dentre esta população.

Gustavo Junger da Silva parte de informações extraídas das bases CTPS, RAIS e CAGED, entre 2010 e 2019, harmonizadas pelo OBMigra, para traçar o perfil socioeconômico e demográfico de pessoas forçadas a deixar seus países de origem e que conseguiram inserir-se no mercado de trabalho formal brasileiro. Assim, no artigo “O reflexo dos deslocamentos internacionais forçados no mercado de trabalho formal brasileiro”, o autor analisa a concessão de carteiras de trabalho, admissão e desligamento de pessoal, distribuição espacial destas trabalhadoras e trabalhadores no território nacional. Refletindo também sobre o

marco legal brasileiro, o autor conclui que, apesar de o país ter conseguido driblar o anacronismo de seus instrumentos de proteção e tomar medidas efetivas para inserir estas pessoas no mercado de trabalho formal, elas continuam enfrentando condições de exploração e desigualdades de rendimento em comparação a outros trabalhadores.

No último artigo do bloco de textos que compõem o dossiê especial em parceria com o OBMigra, Antônio Tadeu de Oliveira, Leonardo Cavalcanti e Luiz Fernando Costa refletem sobre “O acesso dos imigrantes ao ensino regular”. A partir de dados do Censo Escolar, do Nível Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) os autores mostram o tamanho da população imigrante na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Cursos Técnicos, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior e ENEM. Com este artigo, o OBMigra inaugura um novo escopo de pesquisas, focado no acesso da população imigrante aos serviços públicos. Os autores argumentam que, apesar dos avanços decorrentes da nova Lei de Migração (Lei 13.445, de 2017), especialmente no que tange a acolhida dos fluxos migratórios, o acesso pleno aos serviços de educação, saúde e assistência social ainda não está completamente assegurado. Neste sentido, esta primeira aproximação proposta pelo artigo é um importante passo para se começar a compreender a dimensão da inserção dos imigrantes à sociedade brasileira.

Dois outros artigos completam a fotografia atual da imigração e do refúgio no país. O primeiro deles é “Cotidiano de vida de estudantes migrantes integrantes do PEC-G da UnB: narrativas de discriminação e preconceito”, das autoras Luana de Fatima Faria Alves Freitas, Denise Osório Severo e Maria da Graça Luderitz Hoefel. A pesquisa revela a invisibilidade social e institucional sofrida pelos estudantes do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). Esta modalidade de cooperação internacional recebeu cerca de 9 mil estudantes de 59 países nos últimos anos, sendo a maioria de países africanos, como Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. A partir de oficinas com os cerca de 60 universitários intercambistas participantes do PEC-G na Universidade de Brasília (UnB), as autoras constataram que eles se sentem desprezados e incompreendidos, pois os colegas brasileiros os consideram “machistas”, “pobres” e “sem inteligência”, entre outras percepções. Com isso, além de não se sentirem bem-vindos, têm a saúde mental impactada pela discriminação. As autoras refletem ainda sobre os

resquícios de colonialidade presentes na estrutura social brasileira a partir do exemplo destes estudantes.

Por fim, em “Imigração e mercado de aluguel de imóveis no Brasil: estudo de caso da dispersão de jovens africanos na cidade de Fortaleza-CE (2010-2016)”, Ercílio Neves Brandão Langa busca compreender a dinâmica das relações raciais entre jovens universitários a partir da ocupação urbana, da segregação dos estudantes e dos estigmas que certos bairros carregam. Por meio de um estudo etnográfico, o autor explica que estes jovens tendem a fixar-se em bairros que facilitem sua locomoção até a universidade, preferindo compartilhar residência com outros estudantes africanos, seja para baratear o custo de vida, seja por dificuldades em alugar imóveis por conta do preço e do preconceito do setor. Tais dificuldades fazem com que estes estudantes mudem de residência diversas vezes e os empurra para a periferia da cidade, prejudicando tanto seus estudos quanto o trabalho.

Com estes artigos temos um caleidoscópio elaborado por pesquisadoras e pesquisadores mergulhados nas questões migratórias atuais. Sendo assim, pretendemos contribuir para dar a dimensão das diversas faces, combinações e desafios da imigração e do refúgio no Brasil. Chamamos a atenção para as características destas populações e para os entraves específicos que enfrentam em seu processo de vivência (e sobrevivência) na sociedade brasileira.